



Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE LEI N.º 114/2000

I – RELATÓRIO

Apresentado pelo Prefeito, o Projeto de Lei n.º 114/2000 alveja autorizar o Município de Indianópolis a alienar os imóveis do loteamento denominado “Ampliação do Bairro Santana”, mediante licitação pública.

O art. 1º especifica os lotes a serem alienados.

Já o art. 2º estabelece que a alienação será precedida de avaliação e prevê a forma de pagamento.

O art. 3º contém a cláusula de vigência.

Distribuído às Comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Serviços Públicos, a primeira opinou pela legalidade e constitucionalidade do projeto e a segunda concluiu, no mérito, pela rejeição da matéria.

No último dia 23 de outubro, essa matéria foi entregue a esta Comissão para parecer no prazo regimental.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A forma de alienação prevista, conforme foi destacado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, está adequada ao previsto na legislação vigente.

O preço de avaliação está de acordo com os praticados no mercado imobiliário.

Contudo, coadunamos com os argumentos apresentados pela Comissão de Serviços Públicos segundo os quais a alienação dos terrenos constantes do loteamento a particulares, para os fins previstos no projeto, deve ser precedida pela fixação das limitações que incidem sobre as construções. Ou seja, antes de aprovar a venda dos imóveis, deve ser aprovada lei que regule as construções.

Além do mais, sob o aspecto político-administrativo, achamos inoportuno aprovar projeto dessa natureza em final de mandato. O mais prudente é deixar a sua execução para o próximo governo.



Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei n.º 114/2000.

Sala das Reuniões, 30 de outubro de 2000.

Sebastião Miranda de Resende
Relator

Anídon Gabriel da Silva
Membro

Joaquim Leozete Pereira
Membro/Suplente